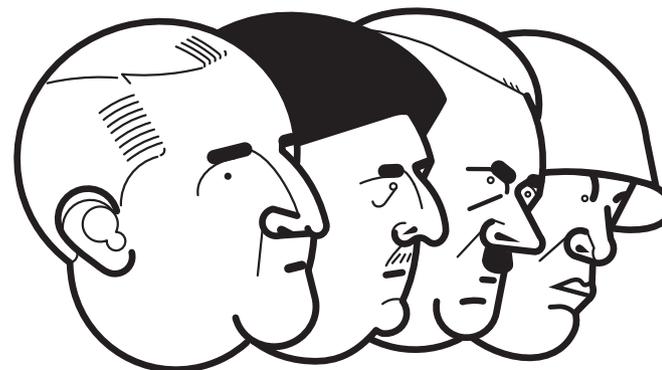


FERNANDO ROSAS

SALAZAR E OS FASCISMOS

Ensaio breve de história comparada



LISBOA
TINTA-DA-CHINA
MMXIX

Para a Raquel

*Para os estudantes de História dos
Fascismos na Europa da FCSH/NOVA*

© 2019, Fernando Rosas
e Edições tinta-da-china, Lda.
Rua Francisco Ferrer, 6A
1500-461 Lisboa
Tels.: 21 726 90 28/29
E-mail: info@tintadachina.pt

www.tintadachina.pt

Título: *Salazar e os Fascismos. Ensaio breve de história comparada*

Autor: Fernando Rosas

Revisão: Tinta-da-china (M. Alfaia)

Composição: Tinta-da-china

Capa: Tinta-da-china (V. Tavares)

1.ª edição: Abril de 2019

ISBN: 978-989-671-484-0
Depósito Legal n.º 452744/19

ÍNDICE TEMÁTICO

NOTA PRÉVIA	13
INTRODUÇÃO	
HÁ LIVROS QUE DEMORAM A ESCREVER	15
Um século de historiografia	15
O uso público da História	22
As imprecisões sobre o fascismo como objeto de estudo	26
CAPÍTULO I	
ELEMENTOS PARA UMA CARACTERIZAÇÃO TEÓRICA DO FASCISMO ENQUANTO REGIME	31
CAPÍTULO II	
AS PRÉ-CONDIÇÕES HISTÓRICAS PARA A EMERGÊNCIA DOS REGIMES FASCISTAS	83
Os efeitos da crise e da guerra nos países da periferia europeia	84
A ofensiva derrotada do movimento operário	91
<i>A revolução na Mitteleuropa e na «fronteira Leste»</i>	94
<i>A vaga de agitação social na Europa do Sul e na Península Ibérica</i>	102
A rendição do liberalismo	115
A unificação das várias direitas da direita	124
<i>A hegemonia do fascismo plebeu</i>	128
<i>O compromisso do fascismo plebeu com o fascismo conservador</i>	134
<i>O domínio do fascismo conservador</i>	139
<i>A bipolarização e o conflito</i>	153

CAPÍTULO III

O FASCISMO ENQUANTO REGIME. O ESTADO NOVO	159
O mito palingenético	160
O nacionalismo organicista	162
O corporativismo	164
<i>O Estado Novo corporativo em Portugal</i>	173
<i>Fascismo, corporativismo e economia</i>	181
<i>Corporativismo e regulação económica no caso português:</i>	
<i>a política no comando</i>	189
<i>Um corporativismo não fascista?</i>	193
O «Estado forte»	197
A violência	207
<i>Salazarismo e violência</i>	214
O totalitarismo	222
<i>O Estado Novo e o «resgate das almas»</i>	225
A chefia carismática	233
O partido único	238
O imperialismo	242

CAPÍTULO IV

O ESTADO NOVO DE SALAZAR.	
ALGUMAS CONCLUSÕES	253
Como sobreviveu a ditadura salazarista	
à vitória dos Aliados sobre o fascismo	260
As três incapacidades do regime	280

CAPÍTULO V

OS DESAFIOS DO PRESENTE	287
Neoliberalismo: época de reversão da relação de forças	288
O populismo de extrema-direita	292
Uma estratégia de subversão política?	294
BIBLIOGRAFIA	299

ÍNDICE DE QUADROS E MAPAS

QUADRO I	
A onda revolucionária do pós-guerra	47
QUADRO II	
A primeira vaga de ditaduras	49
QUADRO III	
As ditaduras de tipo fascista	51
QUADRO IV	
Novos Estados resultantes da ocupação pela Alemanha nazi	52
QUADRO V	
Declínio demográfico originado pela ocupação colonial	80
QUADRO VI	
Resultados eleitorais na Alemanha (1919-1933)	97
MAPA 1	
As ditaduras da Europa periférica (1939)	85
MAPA 2	
«Portugal não é um país pequeno» (Europa)	250
MAPA 3	
«Portugal is not a small country» (EUA)	251

NOTA PRÉVIA

Leciono já há alguns anos no Departamento de História da FCSH/NOVA uma cadeira opcional que tem como tema a História dos Fascismos na Europa. Continuei a fazê-lo a pedido do diretor da Faculdade, depois de jubilado e, devo dizer, com muito gosto. Assim será enquanto continuar a ter condições para isso, estudantes interessados no assunto e o empenho da escola em que tal aconteça.

A tarefa obrigou-me, ao longo do tempo, a atualizar e aprofundar conhecimentos e leituras, a comparar bibliografias, discursos museográficos e programas históricos nos *media*, a visitar locais simbólicos ou a retornar aos arquivos. Com tudo isso, fui revendo ideias feitas, aprendendo coisas novas, sobretudo com o trabalho de comparação internacional e o esforço de desparquialização do tema, aperfeiçoando — penso eu — a capacidade de pensar criticamente os diferentes contributos sobre tão complexo e crucial objeto. Procurei ir projetando os resultados dessas investigações nas aulas, nos dois últimos anos com a competente e preciosa colaboração de Alice Samara. Mas faltava um texto de suporte à oralidade, aos quadros e às imagens apresentados, apesar de sucessivamente prometido. E, com isso, faltava divulgar para um público mais vasto, e de forma que se pretende acessível a qualquer leitor interessado, este contributo tardio sobre o regime salazarista na época dos fascismos. Tinha para com os meus alunos a obrigação de cumprir

o compromisso de lhes fornecer um instrumento de trabalho que lhes é também dedicado. Ele aqui fica.

E, para os leitores justamente inquietos com o presente e o futuro do contexto em que vivemos, fica este olhar retrospectivo sobre o regime salazarista e o mundo plúmbeo em que emergiu e se consolidou. Um passado spectral que um século depois projeta a sua sombra sobre os dias de hoje. Conhecê-lo bem é a primeira condição para o esconjurar.

Derradeira observação: a Raquel sabe que sem ela dificilmente eu levaria a carta a Garcia. Por isso lhe dedico especialmente este livro.

FERNANDO ROSAS

Almoçageme, setembro de 2018

INTRODUÇÃO

HÁ LIVROS QUE DEMORAM A ESCREVER

É verdade. Há livros que demoram muito tempo a escrever. Este foi um deles, por razões que vale a pena convocar a título de preâmbulo, pois se prendem às dificuldades de lidar com o fascismo como objeto de estudo. Selecionei três: a vastidão da bibliografia e outras fontes, o uso público da História e a imprecisão sobre o fascismo como objeto de estudo. Convém, ainda que de forma sintética, abordar tais dificuldades uma a uma.

UM SÉCULO DE HISTORIOGRAFIA

Em primeiro lugar, a questão da vastidão quantitativa e da diversidade qualitativa do verdadeiro oceano de bibliografia e outras variantes de fontes secundárias sobre o fascismo. Desde o triunfo primeiro do fascismo em Itália, em 1922, até ao presente, há quase um século de produção ensaística (e aqui limito-me a esta) de todos os ramos da política e das ciências sociais sobre o assunto. E não é só, nem principalmente, a questão da quantidade das fontes. É a contextualização dos seus contributos à luz das diferentes épocas históricas e das prioridades e desafios que cada contexto colocava aos agentes políticos e sociais, condicionando as suas abordagens e naturalmente a produção teórica que sobre elas se ia construindo. Para o historiador de hoje, é indispensável situar

os discursos de análise dos fascismos na sua história específica, no seu contexto epocal, para bem os entender.

Num esboço rápido e a traço muito grosso, e com intuito, para já, meramente descritivo, diria que se podem considerar quatro épocas principais do pensamento teórico, académico ou não, sobre a questão do fascismo. Desde logo, a própria época dos fascismos, em que a militância contra a inusitada ascensão do fascismo e a resistência ao seu poder deu lugar a importante produção teórica, designadamente no campo marxista. Os textos sobre o fascismo de Antonio Gramsci, Clara Zetkin, Otto Bauer, August Thalheimer e Leon Trotsky, com abordagens dissonantes das ortodoxias social-democrática ou kominternina (após a instalação da hegemonia estalinista na Internacional Comunista, a partir de 1924), ou os contributos da escola de Frankfurt, nos anos 40, salientando a dimensão sociopsicológica, o papel da ideologia, a organização do consenso ou o «primado da política» (Horkheimer), são contribuições que hoje se podem considerar clássicas e, para parte da historiografia posterior, matriciais no estudo da questão.

Veio de seguida o período dos «trinta anos de ouro» do capitalismo do pós-guerra, que são também os da Guerra Fria. Como salienta Enzo Traverso, a aliança existente desde 1941 (ano da invasão nazi da URSS) até 1945 entre comunistas e liberais, para defender o património das luzes contra o fascismo, rompeu-se: «O liberalismo abandonava o antifascismo para se cobrir com as vestes do antitotalitarismo, quer dizer, do anticomunismo.»¹

A redescoberta teoria do totalitarismo fazia equivaler ideológica e politicamente comunismo e nazismo como as duas faces da mesma moeda, recuperando para o «mundo livre», como uma espécie de *dégradé* aceitável, ditaduras de feroz teor anti-

comunista, desde logo as ibéricas, sobreviventes à derrota do nazi-fascismo. Autores como Brzezinski ou Arendt retomam e reelaboram nos anos 50 doutrina dos anos 30, numa abordagem que tendia a ocultar os laços entre o capitalismo e o fascismo, a negligenciar diferenças ideológicas e económicas essenciais entre o fascismo e o comunismo, e a construir uma bipolaridade fundamental entre o mundo «livre» e «racional» do capitalismo e a tirania irracional do sistema soviético. Apesar da teoria do totalitarismo vir a desacreditar-se como um subproduto da Guerra Fria, ela criou, a partir da ciência política norte-americana, um duradouro campo de revisão antimarxista da teoria do fascismo, com importantes repercussões futuras na ciência política e na historiografia, ainda que em diferentes direções. Juan Linz introduz a abordagem tipológica/comparativa dos fascismos e, nos anos 70, vários historiadores (Sternhell, Mosse) iniciam um tipo de análise «culturalista», sobretudo assente na consideração unilateral das fontes culturais e intelectuais da ideologia fascista como uma realidade desinserida dos contextos estruturais que a geraram.

No polo oposto da historiografia da Guerra Fria sobre o fascismo, domina, nessa época, com peso relevante, a visão kominternina herdada do VII Congresso da Internacional Comunista, em 1935, agora reproduzida pelas academias de História oficiais da URSS e dos países da sua esfera de influência, e pelos órgãos teóricos dos partidos comunistas do Ocidente (*Les Lettres françaises* ou *Recherches Internationales à la lumière du Marxisme*, no caso do PC francês, ou a *Renascita* do PC italiano), onde colaboram os historiadores desta área política. Há, no entanto, uma historiografia marxista que se afasta da dogmática oficiosa deste padrão para retomar o estudo do fascismo a partir da descoberta tardia do contributo gramsciano e dos seus escritos do cárcere ou da revalorização do papel da ideologia, um aspeto claramente lacunar nas contribuições do marxismo entre as duas guerras (Georg Lukács, M. Antonietta Macciocchi, Nicos Poulantzas, Eric Hobsbawm).

¹ Enzo Traverso, *À feu et à sang: De la guerre civile européenne 1914-1945*, Stock, 2007, p. 325.

Mas neste pós-guerra surge uma importante bibliografia sobre a Europa da primeira metade do século xx, sobre o fascismo e o nazismo, não «arrumável» em nenhuma das referidas correntes resultantes da Guerra Fria, oriunda, sobretudo, da tradição historiográfica britânica, menos marcada pelo espírito de escola, mais empírica, cujos contributos inovadores são essenciais (A.J.P. Taylor, James Joll, Stuart J. Woolf). E é ainda nos anos 70 e 80 que, de forma idêntica, surgem as várias obras de historiadores franceses profundamente marcantes na história do fascismo: Pierre Vilar, Serge Bernstein, Pierre Milza, François Bédarida, entre outros.

A transição dos anos 80 para os anos 90 do século passado é de viragem sistémica: a implosão da URSS e a queda dos regimes europeus por ela tutelados; o desaparecimento do «campo socialista»; o fim da época de ouro do desenvolvimento do capitalismo, com a instalação de uma crise sistémica profunda e prolongada a partir de finais da década de 70, e a emergência da ofensiva neoliberal, emblematicamente marcada pela década thatcheriana e pelas administrações Reagan/Bush nos EUA.

A segunda crise histórica do sistema liberal traduziu-se, naturalmente, numa batalha no campo das ideias, numa luta pela hegemonia visando abrir caminho à rutura paradigmática com o mundo do pós-guerra. E isso produziria efeitos assinaláveis na abordagem teórica da problemática do fascismo. Pode dizer-se que o traço dominante deste terceiro período é a afirmação hegemónica da revisão antimaterialista e antimarxista nos estudos sobre o fascismo, sintetizada na enfática proclamação do «fim da História». Um dos objetivos centrais dessa revisão consistiu, igualmente, num ataque frontal à tradição antifascista fortemente implantada na cultura das esquerdas europeias. Já antes, em Itália, Renzo De Felice desencadeara a guerra contra o «paradigma antifascista», que considerava uma aberração da historiografia do pós-guerra. Em França, a campanha é con-

duzida por Annie Kriegel e, sobretudo, por François Furet, com o seu célebre livro *O Passado de Uma Ilusão*, onde se apresenta o antifascismo como um disfarce democrático do comunismo, uma manobra de propaganda que teria permitido ao totalitarismo soviético alargar a sua influência na cultura ocidental². Tudo culminando com o polémico *Livro Negro do Comunismo*, coordenado por Stéphane Courtois, historiador obcecado por um anticomunismo dogmático, tremendista e quase a-histórico. Na Alemanha, Ernst Nolte, no estudo *Três Faces do Fascismo*, apresenta o fascismo em termos quase apoloéticos, como uma reação à «barbárie asiática», resposta conservadora à modernidade, o que lhe permitiu «colocar o nazismo num contexto sociocultural e filosófico mais vasto, mas o expôs às acusações de relativismo por subestimar a barbárie suprema do Terceiro Reich»³.

No Estado espanhol, o neoconservadorismo historiográfico concentrou-se numa abordagem legitimadora da insurgência franquista e relativizadora da violência do regime e da sua natureza, num quadro transicional com fortes continuidades para a democracia. Curiosamente, numa historiografia muito marcada por contribuições significativas de autores estrangeiros, são dois cientistas políticos norte-americanos as referências matriciais desta abordagem: Juan Linz e Stanley G. Payne (este último com vasta e relevante obra sobre a história espanhola desse período), a que se juntam autores como Pio Moa ou César Vidal.

Esta ofensiva revisionista finissecular, que recuperava num novo contexto a teoria do totalitarismo, muito marcada por uma instrumentalização ideológica da História sem verdadeira base empírica historiográfica, abriu largas controvérsias na Alemanha, na Itália, em França ou no Estado espanhol, não só entre os historiadores, mas com larga repercussão na opinião pública.

² E. Traverso, *À feu et à sang*, p. 20.

³ Daniel Woodley, *Fascism and Political Theory*, Routledge, 2010, p. 7.

Os historiadores críticos dessas posições insurgiram-se, de forma geral, contra aquilo a que Habermas chamou, na querela historiográfica alemã em 1986/87 (*Historikerstreit*), o *uso público da História*, ou seja, o recurso à utilização e interpretação da História com fins político-ideológicos. E, sem prescindir da sua análise crítica, abordaram o antifascismo como património genético das democracias europeias (Ian Kershaw, Hans Mommsen ou Norbert Frei, também na Alemanha). No mesmo sentido, verificar-se-ia em Itália a intervenção de relevantes historiadores do fascismo, como Nicola Tranfaglia, Aldo Agosti, Alberto De Bernardi ou Claudio Pavone, entre outros. Em França, nesta linha de resposta crítica, vale a pena referir a obra coletiva *O Século dos Comunismos*, onde participam historiadores desta área, como Serge Wolikow ou Michel Dreyfus, e ainda os contributos importantes de Robert Paxton sobre o regime de Vichy, ou, mais recentemente, do historiador Enzo Traverso, a que adiante nos referiremos. Em Espanha e na Catalunha, desenvolveu-se uma diversificada historiografia crítica do relativismo neoconservador sobre o franquismo, com importante participação de autores de outros países (a obra incontornável de Paul Preston, os contributos dos historiadores espanhóis Angel Viñas, Julián Casanova e Santos Juliá, e dos historiadores catalães Carme Molinero, Pere Isàs ou Josep Sánchez Cervelló).

Finalmente, nos anos 90 do século passado, surge aquilo a que alguns historiadores chamam um «novo consenso» de autores anglo-saxónicos desenvolvendo aspetos particulares da tradição não marxista da história dos fascismos⁴. Stanley Payne, na esteira da abordagem pioneira de Juan Linz, desenvolve uma análise taxonómica dos vários tipos de regime a partir de uma metodologia comparativa, o que o conduz a uma espécie de catálogo tipológico de regimes políticos considerados em si

mesmos, ou seja, fora de qualquer radicação no processo histórico. Mais inovador é o contributo de Roger Griffin, também assente num detalhado comparativismo, apresentando o fascismo como um mito ideológico regenerador, um «populismo ultranacionalista», uma «religião totalitária» em que a ideologia é considerada um sistema totalmente desligado da prática social e da sua base material. Esta recuperação de um certo «culturalismo» abstrato, já presente na obra anterior de Zeev Sternhell, marca também os trabalhos de Michael Mann (apesar da sua crítica à abordagem de Griffin), que desvaloriza as explicações radicadas no conflito de classe e propõe uma definição de fascismo como «a busca de um estatismo nacionalista transcendente e purificador» através da violência paramilitar⁵. No fundo, o tal «consenso» assenta na ênfase absoluta numa ideologia ou numa «forma» abstraída das condições materiais da sua produção, «como se as ideias filosóficas e os valores culturais articulados nas ideologias fascistas existissem independentemente de condições objetivas». Um «consenso», como salienta Woodley, «fundado menos no acordo académico do que numa consciente rejeição do materialismo histórico como válida metodologia de trabalho»⁶.

O quarto e último período que aqui me proponho considerar é um *work in progress*: o processo em construção de uma teoria crítica do fascismo assente em pressupostos distintos (neomarxistas, pós-estruturalistas ou de antropologia social), mas que têm em comum, como ponto de partida, a demarcação do tal «novo consenso» em torno do fascismo como transcendência idealista, ou seja, assente na exclusão do condicionamento das expressões do político e ideológico.

4 D. Woodley, *idem*, p. 8 e segs.

5 Michael Mann, *Fascistas*, Edições 70, 2011, p. 41.

6 D. Woodley, *idem*, p. 20.